



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: SOUZA SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 09-08-2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) - Boa tarde a todos e todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 12ª audiência pública, do ano de 2017.

Presentes os Srs. Vereadores Camilo Cristóforo, Claudinho de Souza, Dalton Silvano, Eduardo Matarazzo Suplicy, Fabio Riva, Fernando Holiday, Edir Sales, José Police Neto, Paulo Frange e Souza Santos.

Informo que esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, diariamente, desde o dia 04 de agosto de 2017; no jornal *O Estado de S.Paulo*, dia 05/08/2017 e no jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 08/08/2017.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link auditórios online.

Registro a presença do Srs. Sergio Lopes, Diretor da São Paulo Parcerias; Jorge Damião, Secretário Municipal de Esportes; Wilson Poit, Secretário Municipal de Desestatização e Mariana Rolim, Diretora do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura.

Antes de entrarmos na pauta, pergunto aos Srs. Vereadores se gostariam de fazer suas considerações iniciais.

Tem a palavra o Vereador Fernando Holiday.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Vereador Souza Santos, gostaria de fazer um pedido para que a minha fala seja depois da apresentação do Secretário até para ter as considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Vou atender o pedido de V.Exa. Não há problema.

Tem a palavra o Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelas sempre boas iniciativas que vem tomando, nesta Casa, em nome da transparência e do

debate; cumprimentar o Secretário Poit, meu colega Damião e demais Vereadores.

Quero fazer apenas uma sugestão tendo em vista o tempo que temos, procurar alternar a fala dos Srs. Vereadores com a fala das pessoas aqui presentes. Particpei de uma audiência pública em que os Vereadores falaram por duas horas e só depois é que o público foi falar. Obviamente que até prejudicou as respostas do Secretário.

Então na medida em que surgirem as perguntas se faça esse ping pong, passando duas, três, quatro perguntas para o Secretário responder e assim possamos maximizar os resultados desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito bem, feitas as considerações, passo a palavra ao nosso Secretário Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT – Boa tarde a todos. Obrigado pelo convite, por estar mais uma vez nesta Casa. Cumprimento o Presidente da Mesa, Vereador Souza Santos, na pessoa de quem cumprimento os demais Vereadores; Secretário Jorge Damião; meu amigo Cyro Laurenza, representando a presidência do Conpresp; Mariana Rolim e Dona Ienedes, representando a Associação Viva Pacaembu, na pessoa de quem cumprimento todos os colegas presentes convidados para a audiência.

A audiência de hoje se refere ao PL 364/17, lembrando sempre que trata de concessão, não de uma privatização. Não é uma venda. Não é uma alienação. É a concessão por um período determinado do Estádio do Pacaembu e do Complexo Poliesportivo ali anexado, visando desonerar a Prefeitura, o concessionário a ser escolhido ficará com todas as despesas de operação. Que também faça todas as melhorias e investimentos que - como veremos na apresentação e a maioria dos senhores sabe - o Estádio e o Clube tanto estão precisando. E transforme realmente aquele complexo num equipamento multifuncional sem perder o protagonismo esportivo e sempre respeitando o tombamento do patrimônio histórico e o acordo judicial com os vizinhos.

Dito isso e dizendo que estaremos aqui por duas horas, agradecemos as

contribuições. Vamos anotar tudo porque estamos justamente num período de manifestação de interesse, de ouvir os interessados, ouvir sugestões e estamos muito felizes porque já temos interessados que estão naquela fase de esclarecimentos e de que recebam a pré-autorização do Patrimônio Histórico, Conpresp e Condephaat, para que em seguida inicie-se um período de apresentação de projetos.

Mais uma vez é um projeto que mostra um compromisso do Prefeito João Doria, desde o primeiro dia de campanha, de uma menor presença do Governo, da Prefeitura em determinadas empresas municipais e equipamentos que na mão do empreendedor, do setor privado, pode ser gerido desonerando a Prefeitura e melhorando para a população de São Paulo. Permitindo que a Prefeitura concentre esforços, energia e investimentos naquilo que a população mais precisa. O Governo tem de estar presente em Saúde, Educação, Habitação e Segurança. O Governo não tem que ser tão grande e tentar cuidar de tantas coisas. Acaba não cuidando e onerando os cofres municipais em coisas que não são atividade final dessa gestão.

Gostaria de passar a palavra para o Sergio Cabral, que fará uma rápida apresentação – meia dúzia de slides. E finalizando, o Secretário Jorge Damião dará algumas palavras para que iniciemos as contribuições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado, Secretário. Tem a palavra o Vereador Camilo Cristófar.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO – Poderia, antes da fala dos diretores, fazer uma pergunta ao Secretário?

Secretário, há uma dúvida que cai sobre várias pessoas que me perguntam, a concessão do Pacaembu ficará somente como o estádio ou a área que hoje é das quadras – a área do fundo – será usada para empreendimentos imobiliários?

O SR. WILSON POIT – Vereador, a apresentação que faremos agora no início responde a sua pergunta, esclarecendo desde já de uma maneira assertiva, que será um

complexo poliesportivo e não de especulação imobiliária.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Registro a presença do Vereador Antonio Donato e do Sr. Cyro Laurenza, Presidente do Conpresp, a quem convido para fazer parte da Mesa.

Tem a palavra o Sr. Sergio Cabral.

O SR. SERGIO CABRAL – Boa tarde a todos. Vamos falar rapidamente sobre o Pacaembu, explicar um pouco o que já estamos fazendo e dar alguns dados sobre a situação atual do Estádio.

- O Sr. Sergio Cabral passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

O SR. SERGIO CABRAL – Então o Pacaembu é um complexo poliesportivo. É importante reforçar isso, não estamos falando só do Estádio, mas também do Clube. É um complexo que já tem 77 anos, uma área de 75 mil metros quadrados e possui 40 mil assentos. É um equipamento tombado pelos órgãos de tombamento tanto do Município quanto do Estado, ou seja. Conpresp e Condephaat. E tem um custo aproximado de 9 milhões, também tem uma arrecadação que vamos mostrar um pouco lá na frente.

Observamos que hoje há uma baixa utilização do espaço. Ou seja, é subutilizado, necessita manutenção, há problemas estruturais, infiltrações nos banheiros, problemas de acessibilidade que buscamos sejam atendidos com essa concessão e com esses investimentos.

Aqui um pouco dos números. Se observarmos, o número de jogos realizados no Estádio vem caindo muito por conta dos outros equipamentos que foram inaugurados ao longo dos anos. Em 2012, tinha 73 jogos; realizados, em 2016, foram 30 jogos e até junho deste ano tivemos oito jogos no Estádio.

Olhando a arrecadação observamos que também vem caindo. Houve até um volume um pouco maior porque subiu o número de jogos entre 2015 e 2016. E o custo vem crescendo, no ano passado, entre 8,5 milhões de custo direto, tendo o resultado nesses

últimos seis anos de 21 milhões de déficit. Esse é o cenário hoje, ou seja, número de jogos caindo, custo subindo e a arrecadação diminuindo. Este é o cenário em que se encontra em relação ao Estádio.

Aqui um pouco das notícias que são do conhecimento de todos: abandono do Pacaembu; prejuízo recorde; pode amargar piores resultados da sua história; chegamos ao limite. Enfim, agora é o momento de tentarmos dar uma virada nesse equipamento, lógico, sempre observando a questão do interesse público que está envolvido nesse equipamento.

Aqui para ilustrar a situação, lanchonete que não funciona, está danificada; banheiros químicos; infiltração; falhas de energia; espaços ociosos subutilizados. São soluções que buscamos através desse modelo trazer utilização e novos usos para esses espaços.

De novo, falar um pouco do PMI, estamos falando do Procedimento de Manifestação de Interesse, em que visamos buscar ideias e projetos que possam ser usados para o edital de licitação. Estamos nesse momento agora. Fizemos a publicação desse PMI e cinco empresas tiveram interesse em fazer o estudo. Essas empresas não estão habilitadas ainda porque nesse processo – vou mostrar um pouco na frente – há um passo inicial que é apresentar estudo preliminar de arquitetura para os órgãos de tombamento e posterior habilitação e prosseguimento dos estudos. Isso para que não se façam estudos, que do ponto de vista do tombamento, não são permitidos.

Voltando para a nossa tela, o Complexo está dentro do PMI. O Pacaembu, que é essa área mais roxa de 50 mil metros quadrados e o Centro Poliesportivo, que é o Clube. Ele também está incluído neste processo de PMI que futuramente busca essa concessão. A área verde que é o Museu do Futebol e continua com a permissão de uso. E a Praça Charles Miller estaria fora porque, enfim, é uma praça e tem lá a sua utilização.

Então quais seriam as premissas básicas deste PMI? O Secretário adiantou um pouco, são assumir as despesas da operação. Ou seja, quem vier assumir a concessão do Pacaembu tem que assumir a despesa; realizar melhorias e investimentos; transformar o

Complexo em um equipamento multifuncional sem perder o protagonismo esportivo. Ou seja, continua sendo um estádio.

Não trata de privatização. É importante reforçar isso, o Secretário já disse, mas reforçamos aqui. Ou seja, é um modelo de concessão, não estamos vendendo o estádio. E tem de respeitar todas as normas legais, as ações que estejam em curso e os órgãos de tombamento. Então tudo isso deverá ser respeitado, até por isso tem esse passo anterior no processo de manifestação de interesse, que é ouvir os órgãos de tombamento.

Em que fase está agora? Cinco empresas se interessaram. Quando dizemos que se interessaram é que apresentaram documentos para habilitação do estudo. Nesses documentos há um deles chamado Estudo de Arquitetura Preliminar. Esses estudos foram encaminhados aos órgãos de tombamento. Estamos nessa fase, aguardando essa submissão aos órgãos de tombamento para prosseguir na habilitação ou não daqueles projetos que tenham aderência à legislação de tombamento.

Pós isso, tendo essa habilitação, apresentarão estudo no prazo de 60 dias. E os estudos que entregarão serão esses estudos financeiros, operacionais, jurídicos e arquitetônicos. Escolheremos os melhores estudos que esses habilitados apresentem. E aí faremos a confecção do Edital, que antes da licitação, tem também que ser submetido a uma audiência pública. Ou seja, termos também uma audiência pública antes de soltar o Edital de Licitação. E aí a fase da contratação.

Aqui só para ilustrar um pouco de potencial e alguns estádios. Pegamos o Estádio de Berlim e observamos ali em cima o uso cultural, um cinema sendo temporariamente explorado dentro do Estádio. O Estádio Olímpico de Berlim é um patrimônio histórico, ele tem uma cobertura. A cobertura conversa com o equipamento. Aqui no caso brasileiro colocamos a Arena Independência, que é uma gestão privada, tem lá as suas especificidades, mas também está dentro de um grande centro urbano, com uma vizinhança muito próxima e tem lá os seus tratamentos que foram aceitáveis ali por toda a população.

Era isso. Muito obrigado a todos. E ficarei à disposição para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado, Sergio. Registro a presença de Valéria Rossi, Vice-Presidente do Condephaat.

Registro a presença do Vereador Celso Jatene.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Jorge Damião, Secretário Municipal de Esportes.

O SR. JORGE DAMIÃO – Boa tarde a todos, só para fazer uma saudação rápida ao nosso Presidente Souza Santos, ao Vereador Paulo Frange, Camilo Cristófar, Veradora Edir Sales, Vereadores Fabio Riva, Dalton Silvano, Eduardo Suplicy, Police Neto, Jatene, Fernando Holiday. Claudinho de Souza; Antonio Donato, Aurélio Nomura e Srs. Cyro Laurenza, nosso amigo, Mariana Rolim e Yedes, representando aqui o Viva Pacaembu, eu acho que a brilhante apresentação feita aqui pelo Sr. Sérgio Lopes, antes do Sr. Wilson Poit, já esclarece todas as dúvidas. Então, nós estamos aqui à disposição para responder dentro do possível e, ainda mais, para fazer essa saudação aos amigos.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Passemos agora aos Srs. Vereadores inscritos.

Tem a palavra o nobre Vereador Fernando Holiday.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Sr. Presidente, nobre Vereador Souza Santos, agradeço a oportunidade. Cumprimento a todos os Srs. Vereadores, autoridades presentes e todo o público que nos assiste de corpo presente e aqueles também que nos acompanham pela TV Câmara ou por meios alternativos, pela minha própria página do Facebook ou página do Movimento Brasil Livre, e é ao público que dedico essa minha fala.

Sei que o Sr. Secretário Wilson Poit repete isso, em muitos dos nossos encontros de discussões, a diferença entre concessão e privatização. Concessão significa que não está havendo uma venda. Portanto, a iniciativa privada deverá ser responsável pela manutenção,

em linhas gerais, daquilo que continua pertencendo ao patrimônio público. Nós precisamos lembrar que a nossa Constituição e a nossa Lei Orgânica preveem que o município tem, como uma de suas responsabilidades, a garantia a sua população do lazer e do esporte, temas claro diretamente relacionados ao Estádio do Pacaembu. A Lei Orgânica e a nossa Constituição não necessariamente obriga o município a conceder esses serviços e a prestar esses serviços para a população de forma direta, assim como não obriga o município, no caso dos transportes. Por isso, os ônibus, na Cidade, assim como em todos os outros municípios, são concedidos à iniciativa privada por meio de licitação. Ao longo da história do Brasil, nós vimos que, por meio de concessões, privatizações e parceria com a iniciativa privada, sempre conseguimos melhorar a qualidade daquilo que pertencia ou que é de responsabilidade do Poder Público. Um exemplo muito claro é a linha Amarela do Estado de São Paulo, que é, de longe, avaliada como a melhor linha de metrô do Estado, resultado de uma parceria público-privada.

É importante ressaltar também que o Pacaembu hoje, por mais que seja público, não concede a entrada de graça aos seus cidadãos. Não adianta você chegar na porta do Pacaembu, dizendo que é parte do povo paulistano e que, portanto, tem o direito de entrar e assistir a um jogo gratuitamente. Isso já não ocorre, mas, de que forma, os contratos administrativos que podem vir a ser proposto numa concessão podem, muitas vezes, acabar trazendo obrigações àquele concessionário, para que conceda o básico para a população de São Paulo.

É importante, também, frisar que aquele que ganhar a concessão do Estádio do Pacaembu não terá somente como renda a venda de ingressos. Poderá, também, fazer anúncios, alugar espaços e, por meio dessa renda, por meio desse lucro adquirido, terá obrigação de fazer a manutenção constante do Estádio que está em uma situação completamente deplorável. E, a partir desses investimentos, além de melhorarmos a estrutura do Estádio, a sua infraestrutura, também vamos garantir que a cidade de São Paulo possa,

neste momento de crise, direcionar os impostos arrecadados para aquilo que a população realmente necessita. Em momentos de crise não podemos desperdiçar dinheiro, não podemos desperdiçar espaços públicos e o tempo gasto, dentro do Poder Público, para aquilo que não seja o essencial.

Na cidade de São Paulo temos sérios problemas envolvendo a Assistência Social, a Educação, a Saúde e a Segurança e será por meio desses programas de concessões e dessas privatizações e parcerias, com a iniciativa privada, que, cada vez mais, deixaremos de gastar com o que é periférico e passaremos a focar naquilo que é essencial. Por isso que é importantíssimo o apoio, não somente dos Vereadores, mas de toda a população nessa luta, que nada mais é do que uma corrente necessária. Não é somente uma corrente ideal, mas é uma corrente necessária para o momento em que o nosso País e a nossa cidade estão vivendo.

Portanto, encerro parabenizando o Secretário Wilson Poit e toda a sua equipe e toda a Administração desta Gestão. Tenho certeza de que todos nós devemos celebrar e ficar muito contentes em saber que temos, nesta equipe, pessoas tão qualificadas e que se dedicam tanto para a solução desses problemas.

Muito obrigado e a todos e obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, nobre Vereador Fernando Holiday.

Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto, Líder do PSD.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, serei bastante célere e vou, aqui, já reconhecer um avanço da primeira etapa para esta. Portanto, vou ao ponto fundamental.

Parece-me que vai se criando um consenso da melhor fórmula para a gestão desse equipamento seja um diálogo, sim, com a iniciativa privada. Mas eu pergunto se nós temos as apresentações que foram apresentadas no Conpresp e Condephaat para oferecer para a sociedade e para os Vereadores que estão aqui.

Não me parece nem inteligente reunir a sociedade, aqui, na Câmara, sabendo que segunda, da semana passada, houve uma oferta de informações, em especial dos projetos que estão sendo validados pelo Conpresp, que só existe por uma lei municipal aprovada a partir de um Vereador chamado Marcos Mendonça, que ofereceu para a Cidade um conselho que pode atuar no tombamento.

Parece-me absolutamente adequado que possamos dar os mesmos 15 minutos que foram dados ao Conpresp e ao Condephaat para a avaliação da nossa sociedade. Então, eu pergunto se teremos essa oportunidade. (Pausa)

Teremos essa oportunidade de ter as informações dos projetos que foram apresentados no Conpresp e no Condephaat?

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – O Secretário Poit pode responder essa questão.

Secretário, por favor.

O SR. WILSON POIT – Caro Vereador Police, não teremos a apresentação do Conpresp, do Condephaat. E é um período que já estava previsto no procedimento de manifestação de interesse, que a primeira fase os consórcios interessados entregam os documentos, que ainda estão sendo analisados, e fazem uma consulta prévia aos órgãos. Ainda não temos a resposta do Condephaat, do Conpresp, que estão analisando. E elas deverão ser públicas tão logo isso passe.

O Presidente do Conpresp, inclusive, o Dr. Cyro, está aqui e pode se manifestar. Mas o combinado é que divulgaremos aqueles que poderão prosseguir para a segunda fase de estudos. E o resultado dessa primeira análise, que não está pronto, então a ideia, o combinado que inclusive está no procedimento de manifestação de interesse, é não dar publicidade para esses institutos que ainda está em análise interna. Não só alguns serão autorizados a prosseguir, como outros receberão comentários para pequenas modificações, para que não gastem muito dinheiro fazendo projetos enormes que depois não sejam aprovados nesses

órgãos.

Se o Dr. Cyro quiser usar a palavra, acho importante também.

Obrigado.

O SR. CYRO LAURENZA – Boa tarde a todos. Vereador Souza Santos, agradeço o convite. Agradeço também a presença dos demais vereadores. Sou Presidente do Conpresp e poderia dar uma boa explicação do que está acontecendo com relação ao Patrimônio. É uma preocupação muito relevante, porque o Pacaembu é quase que um amor de todos aqui presentes.

Existem dois conselhos que são responsáveis por esse tombamento: Condephaat e Conpresp. Em vez de fazermos todas as análises em separado, estamos fazendo a análise em conjunto. Pela primeira vez na história dos dois Conselhos, os dois Conselhos se reuniram no mesmo dia para apreciar isso que foi apresentado aqui pelo senhor, além de todos os estudos iniciais que foram apresentados. A conclusão primeira a que chegamos, ainda uma primeira posição, é de que em nenhum momento, em qualquer um dos elementos que nos foi apresentado, houve qualquer interferência com o patrimônio. Respondendo ao Vereador Police Neto, que tem acompanhado de perto várias coisas dentro dessa questão, todo o material que vocês conhecem é o mesmo que nós conhecemos.

Só que tem mais um detalhe importante. Nós estamos fazendo agora uma reunião do conselho do Conpresp, no próprio Estado, na segunda-feira, novamente vendo e observando todas as propostas existentes, discutindo inclusive com o pessoal do Secretário Poit; é uma reunião relativamente fechada, só nós e o pessoal, para fazermos uma visita em todo o estádio para verificar as condições atuais e as necessidades futuras. É fundamental para nós.

É importante ficar claro que toda essa parte existente, piscina, toda a parte poliesportiva, Vereador Police, hoje está muito prejudicada, apesar da reforma grande que foi feita, e o acesso a ela não é muito facilitado. Então a grande vantagem que nós vamos ter é

que a acessibilidade da parte poliesportiva pode ser mais bem organizada, incentivada. Por semana aparecem na piscina 50, 60 pessoas no máximo. Tudo isso, tenho certeza absoluta de que só mediante uma concessão, tirando as despesas totais da pessoa, pode acontecer.

Então fica muito claro que dia 14 nós temos uma reunião. Nós temos um bom representante de vocês, o suplente da Vereadora Aline Cardoso, nosso querido Vereador Alfredinho, que não vejo aqui presente, porém ele é suplente conselheiro do nosso conselho.

Estou aqui à disposição dos senhores naquilo que precisarem, para trocarmos ideias. Mas é importante saberem que Conpresp e Condephaat estão junto, como estão juntos naquela ali cadeira adiante, as duas representantes do escritório técnico. Hoje os escritórios técnicos dos dois congressos trabalham unidos numa mesma sessão. Também o Conpresp e o Condephaat trabalham unidos em uma mesma sessão.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Presidente, em função dessa importante exposição do nosso Presidente, primeiro agradecer o esforço dos dois Conselhos, tanto Conselho Estadual quando Conselho Municipal, que de maneira absolutamente expedita colocaram em análise um projeto importante para a Cidade.

Mas vou sempre contestar prontos que podem deixar frágil um processo em que nós, vereadores, estamos envolvidos para oferecer uma aprovação. Não ouvi nem na fala dos nossos Secretários nem na fala do Dr. Sérgio Cabral a palavra, no calendário, aprovação da lei. Então nós estamos colocando todos os procedimentos executivos, mas esquecemos de que tem uma autorização legislativa que dá uma condição de estabilidade jurídica. Por isso vou fazer questão de pedir os documentos que, se público são, devem ser encaminhados para esta Comissão de Política Urbana, que é aquela que discute exatamente a área de proteção, proteção ao nosso patrimônio.

Falo isso por quê? Artigo publicado pelo conselheiro Silvio Oksman é bem diferente

da análise aqui apresentada, e ele diz que em momento algum... Esse é o texto dele, não meu. Ele fala o seguinte: “Todos os projetos falharam naquilo que é a função pública do equipamento”. Artigo publicado por ele no dia 1/8, *Propostas para o Pacaembu*. Então não é texto meu, é texto de um dos conselheiros que...

- Fala fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Quer falar?

- Fala fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Lógico.

O SR. - Vereador, é o seguinte: existe um equívoco, até da parte do próprio Silvio, no dizer o seguinte: nós temos uma quadra poliesportiva que é de responsabilidade da Prefeitura e passará a ser de responsabilidade... de reforma, tudo. Mas não existe, para aquela área um projeto novo, de inventar alguma coisa. Ali é intocável. Só melhorar. O que está nos projetos apresentados é a parte que nós estamos falando do próprio Pacaembu. A parte poliesportiva é imexível, não se pode fazer nada, a não ser melhorar a acessibilidade e as condições físicas.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Então o que você está trazendo para a gente é que uma interpretação equivocada de um conselheiro, é isso? Então por isso é importante qual vai ser o nosso conselheiro titular, e quero corroborar a tese de que o conselheiro substituto assumira a titularidade, que a gente possa eleger um conselheiro substituto, suplente do Conselho. Já coloco meu nome à disposição para auxiliar o trabalho que os conselheiros já realizam, mas reconhecendo que o Prefeito acertou ao levar a Secretário Aline para ajudar no governo, mas nós perdemos nossa representante oficial. Nós temos hoje um representante oficial que tem de ser guindado ao estágio de conselheiro titular e temos que eleger um novo conselheiro suplente; para isso me apresento, para contribuir.

Mas vou fechar com uma última...

- Fala fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Não, um só. A gente só tem vaga no do Município. O Estado quem sabe um dia nos concederá uma vaga, pela importância que o Município tem no Estado, e a gente vai conquistar uma vaga, a gente vai fazer esse esforço junto ao Condephaat, para a gente poder ajudar o Estado no Conselho.

Mas o que é fundamental, e é com isso que quero concluir, sem dúvida nenhuma, quando do projeto daquele equipamento que na realidade dá luz a um processo de cultura e esportes num dos primeiros bairros-jardim da Cidade, ele tinha uma função estratégica não só para o equipamento, mas para o território. Levar ao Conpresp uma deliberação exclusiva de parte dele, porque uma parte dele eu não vou levar à discussão, porque ela vai ser mantida intocável, porque aqui, por mais que o tombamento seja importante – e é -, o uso e a função social são tão importantes quanto o tombamento. Se a nossa decisão for tombar para nenhum uso se ter, vamos perder duas vezes, porque não transferiremos para as futuras gerações o esforço de um tombamento, e não garantiremos o uso social da sociedade que aqui está. Então, o debate sobre o Pacaembu, que eu apoio a concessão à iniciativa privada perpassa também por um diálogo de qual a relação que este novo equipamento – que não é esse que já recebeu 73 jogos e não recebem mais hoje – que o Prefeito ou o Secretário anunciou que só terão atividades esportivas, que o Prefeito ou o Secretário anunciou que será no máximo por 10 anos, de a gente recolher um pouco os nossos lançamentos de ideias. Não sei se poderá ser só atividade esportiva porque há atividades culturais que são capazes de são exercitadas lá, como o Museu do Futebol. Então, já temos uma atividade que não é esportiva que é o Museu do Futebol e podemos ter outras.

Então, não sei se 10 anos permitirá ao agente privado se capitalizar a ponto de fazer a recuperação necessária para aquele equipamento. Faço um esforço para ampliar este debate fundamental seja do dia 14/08 seja do dia 21. Esperamos uma deliberação prévia – ninguém está autorizando nada, mas dizendo que este sentido que me apontou é factível de um projeto ser aprovado, então, você está dando uma autorização prévia porque as diretrizes e

o comando que está estabelecido faz sentido àquele equipamento, mas o esforço é que estamos também em um território tombado e em um ambiente que tem de dialogar com esse futuro equipamento, com essa nova função social que ele passará a exercer.

Estou à disposição da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente para este debate. Hoje estou na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa auxiliando, como suplente, a titular do partido Vereadora Edir Sales.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado pela colaboração.

Convido a Sra. Valéria Rossi, Vice-Presidente do Condephaat, para fazer parte da Mesa.

Registro a presença do Vereador Aurélio Nomura. Tem a palavra a nossa Líder do NOVO Vereadora Janaina Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Senhoras e Senhores, gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente da Comissão de Política Urbana, Vereador mais elegante desta Casa, Vereador Souza Santos. Cumprimento também o Sr. Secretário e colega de partido Wilson Poit, que vem fazendo um trabalho brilhante a frente da sua pasta.

Senhoras, Senhores, cidadãos, você que nos prestigia com sua audiência pela TV Câmara São Paulo, estamos aqui para mais uma vez discutir sobre o Projeto de Lei 364/17, que trata da concessão da administração do complexo do Pacaembu. Houve inclusive o procedimento de manifestação de interesse e há cinco grandes consórcios interessados.

Então, hoje, a gente vem aqui de fato trazer uma proposta - acho que o Secretário Sérgio já pode nos nortear como se encontra esse processo de concessão e, mais do que isso, é trazer o sentimento de pertencimento do Pacaembu à nossa Cidade. O Pacaembu pertence a toda a cidade de São Paulo desde os moradores vizinhos que estão presentes e vêm contribuindo muito com a discussão, mas também aquelas pessoas que moram nos bairros mais distantes da nossa Cidade e menos favorecidos que carecem do Poder Público e de

investimento em saúde e educação.

A concessão da administração do Pacaembu vai gerar uma economia de nove milhões de reais. Com esse valor podemos pensar no custo de 12 creches com 160 crianças atendidas. Tenho absoluta certeza de que ninguém é contra Prefeitura priorizar o atendimento de quase duas mil crianças e esse número é para a gente conseguir corporificar o que ele representa: atenderia 50% da demanda de crianças que hoje se encontram fora da creche do bairro do Capão Redondo, bairro onde eu nasci e cresci e um dos mais carentes da cidade de São Paulo.

Gostaria de assistir também a população do Capão Redondo ter acesso ao centro poliesportivo que hoje somente os moradores que moram no entorno de Higienópolis e do bairro ali adjacente tem acesso. Precisamos democratizar.

Quero deixar claro, nesse sentido, que acredito que o esporte é parte fundamental do desenvolvimento do ser humano e o complexo esportivo do Pacaembu é muito importante nesse processo, por isso defendo que esse projeto e as empresas que já apresentaram propostas ao PMI tenham obrigação de modernizar esse espaço que hoje se encontra em situação precária, como já assistimos na apresentação do Secretário e já reforçada nas palavras do Vereador Holiday. O Poder Público precisa focar no atendimento dos que mais precisam. O Estado precisa ser menor deixando a iniciativa privada assumir aquilo em que é competente e que a Prefeitura cuide tão somente dos nossos cidadãos, que cuide tão somente da educação dos futuros cidadãos da nossa Cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra a Sra. Mariana, munícipe e usuária do complexo.

A SRA. MARIANA FERRAZ - Boa tarde. Meu nome é Mariana, sou arquiteta. Eu acompanhei as oitivas do Condephaat realizadas no dia 31 sobre os cinco projetos propostos. Como arquiteta, eu admiro os sonhos planejados pelos meus colegas, mas como munícipe e

usuária do Pacaembu, eu estou acordada e com os olhos bem abertos para tentar salvar o uso pela população.

Primeiramente eu só corrigir queria corrigir o que a Sra. Janaína falou que o Pacaembu atende só Pacaembu e Higienópolis, mas o Pacaembu é aberto para toda população e crianças, às vezes, vêm de longe. Os meus filhos já treinaram que criança que vêm do Butantã, da Vila Sônia, então, ele não é exclusivo de Higienópolis e da região. Ele é aberto para toda a população e as crianças do Capão Redondo se quiserem treinar lá, elas podem treinar.

O Pacaembu é um equipamento único na cidade de São Paulo. Ele possui falhas, mas ele funciona muito bem. Eu faço aula de Pilates pelo Pacaembu. Onde tem esporte e saúde não pode se falar somente em déficit, em custos, o lucro do Pacaembu é saúde.

Há três anos meu filho fazia aulas de tênis no Complexo, no seu horário de aula eram 16 crianças se revezando democraticamente na quadra com professor. Quando o convênio terminou, eu encabecei um abaixo-assinado para o Secretário de Esportes da época, Sr. Celso Jatene, e demorou um ano, mas o tênis voltou. Porém, o projeto do polo aquático não teve a mesma sorte. Em agosto do ano passado, o meu filho de 14 anos participou de uma peneira porque ele queria treinar atletismo, empolgado com os Jogos Olímpicos, ele gosta de correr. Ele participou da peneira no COI, no Ibirapuera, só duas crianças conseguiram vaga naquele dia e mais de 60 ficaram sem oportunidade de treinar.

Hoje as autoridades afirmam, mas não escrevem que a população continuará tendo acesso às aulas gratuitas no Complexo e, ao mesmo tempo, vão esvaziando e cortando os convênios existentes.

De Fevereiro para cá, o complexo extinguiu o tênis novamente; a dança de salão que é muito procurada como atividade cultural; e não haverá reposição de uma professora que se aposentou há pouco tempo. Agora terão duas professoras só e um professor trabalhando no Complexo.

Os convênios estão se extinguindo um a um. Baseado em qual oferta de atendimento à população por parte da Prefeitura a empresa que ganhar essa privatização irá fornecer treinos esportivos gratuitos à população? A ordem é esvaziar para depois justificar. Quando a iniciativa privada cortar todas as aulas, todos os treinos, para quem vamos poder reclamar? Não queremos gincanas para as crianças no sábado, queremos treino esportivo efetivo.

O problema do Pacaembu hoje é acessibilidade, parte elétrica e sanitários. Tirando isso, o Complexo funciona muito bem. A piscina tem uma frequência tão grande que tem dias que tem fila para entrar de carro e a pé para quando está com sol e tem muita gente treinando e é uma das poucas piscinas públicas existente na Cidade. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra a Sra. Helena Margoza, da Associação Viva Pacaembu por São Paulo.

A SRA. HELENA MARGOZO - Boa tarde a todos. Uma preocupação da Associação Viva Pacaembu por São Paulo em relação à concessão é que estejam claro no certame quais são as contra partidas sociais pensadas para a eventual concessão do equipamento.

Tivemos, nesse primeiro momento, manifestação de interesse por várias empresas, mas que parece que coube às empresas a escolha, a definição de quais os critérios que seriam prevalentes dentro dessa concessão. Independente de qualquer mérito que tenha os projetos, é muito importante que os indicadores tanto do ponto de vista do retorno financeiro, da contrapartida social, do projeto mesmo incida a qualificação do projeto além da questão de tombamento, que é fundamental e relevante, sejam explicitados pelo Poder Público já que se trata de um equipamento público pertencente à cidade de São Paulo.

Então nós reiteramos a necessidade que os critérios sejam clarificados para que seja possível uma análise mais abalizada e mais objetiva a favor ou contra um aspecto ou outro. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Presidente.

Quero saldar mais uma vez o Secretário Wilson Poit, Secretário de Esportes, os demais Vereadores, o Conpresp que está aqui hoje. Honra-nos muito a presença de vocês e nos ajuda muito.

Não é saída mágica fazer privatização e concessão para fazer dar certo. Não é. Sou absolutamente favorável porque com concessão, com privatização, com parceria público-privada, aceleramos a velocidade de produzir o que a sociedade precisa com menos burocracia, mas também tem o que não dá certo. Precisamos para tomar muito cuidado para tratar cada um desses casos.

Temos um exemplo recente. Viracopos está sendo devolvido e é um aeroporto dos mais cobiçados da América, só perde para o Aeroporto de Cumbica. Estão devolvendo e nós vamos ficar com um mico na mão procurando, pelo amor de Deus, quem toca essa coisa para frente. Temos que tomar muito cuidado, por isso que é importante que o poder continue na mão de quem é concedente. É o caso das organizações sociais de saúde que hoje toca mais de 70% dos serviços saúde do Município, mas o contrato é de gestão. Não cumpriu, tchau e acabou, troca, chama o próximo.

Aqui precisamos deixar regras claríssimas de como romper se não der certo porque não podemos errar a essa altura do campeonato, até porque o Pacaembu deu certo ao longo de toda a sua história.

Nossa preocupação é exatamente, primeiro, em função da discussão na Lei de Zoneamento. São Paulo tem quatro territórios preciosíssimos que são residenciais tombados como área de urbanização especial. São Zepecs aue, que é o Pacaembu, Jardins, City Lapa e Saúde. Quatro. Temos 65 Zonas Estritamente Residencial em São Paulo. Só quatro tombadas. São territórios frágeis com singularidade urbanística, ou seja, não tem nada igual, são

diferentes pelo paisagismo e pela sua singularidade urbanística. Portanto, é um patrimônio muito importante na Cidade tanto é que foi tratado com todo cuidado, basta ver que no entorno do Pacaembu temos apenas uma Zona Corredor 1 e nessa Zona permite-se as atividades que estão declinadas na Lei com uma série de restrições que foi pedido das próprias zonas residenciais, por exemplo, não pode buffet infantil, não pode restaurante, nada aquilo que incomoda por que na própria Lei de Zoneamento puxamos daquilo que era o PSIU e colocamos aqui que das 19h às 22h não pode haver mais do que 45 decibéis de ruído.

Precisamos tratar esse assunto à luz de a atividade, aqui, não pode promover incomodidade, primeiro porque é vizinha e é limdeira a uma Zona Residencial e, segundo, que dentro do próprio princípio que classificou essa área com essa característica ela precisa ser tratada com cuidado que exige a lei. A outra é que quando nós falamos que tudo isso é uma Área de Urbanização Especial, AUE, Zona de Tombamento, ZEPEC-AUE, temos uma ZEPEC-BIR, que é Bens de Imóveis Representativos, que pega o perímetro do Estádio e mais esse espaço de área do Poliesportivo.

Então, o Conpresp precisa nos dar muita segurança de que este tombamento BIR não será tratado à luz de novos investimentos de mudanças que descaracterize esse tombamento, independente de qual seja a razão que possa trazer benefício para a Cidade ou se alguma coisa vai poder ser tratada nas quadras poliesportivas que seja discutida aqui porque não temos os poderes que o Conpresp tem, mas achamos que somos importantes. A Câmara nem tomba e nem destomba, o Conpresp tomba e destomba. Não temos esse poder.

Aliás, exaustivamente, discutida aqui na Comissão de Política Urbana. Não temos esse poder. Tem sempre Vereadores que pedem tombamento de alguma coisa. Não é na Câmara que nós tratamos disso. Temos de ir ao Conpresp pedir. Então, esse é um conselho preciosíssimo da Cidade e mais o Condephaat.

A minha preocupação se tange nesse aspecto e outra, logo em seguida, em frente ao Estádio, temos uma praça – Bem de Uso Comum – que não é BIR, mas é AUE, faz parte da

singularidade da construção do bairro.

Pergunto: quando concedermos e aumentar eventos poliesportivos que sejam nessa área, ela vai ter condição de acolher um fluxo muito grande de veículos? Onde estacionarão? Para dentro do bairro, porque a praça vai encher, cabe muito mais, ou vai se permitir edificar nessa área garagem que, seguramente, teria de ser subterrânea por que nós não vamos poder mudar algumas características ali. E se for alguma coisa acima, a região não permite edificação acima de dez metros. Por isso que a Zona Corredor 1 é para algumas atividades além de uso específico, não pode ultrapassar os 10 metros.

Estou deixando isso bem claro, parece até chato repetir isso porque alguns colegas Vereadores que não viveram essa discussão na Legislatura passada imaginam que alguém pode construir prédio lá. Não tem prédio nenhum que possa ser construído. Aqui são dez metros e acabou. Ninguém mexe nisso.

Há preocupação com as atividades sociais desenvolvidas ali. Precisamos garantir no texto, meu querido o Wilson Point, no texto, que as atividades sociais, desenvolvimento social desenvolvida nessa área seja mantida e preservada aberta ao público.

Eu fiquei muito triste com a história do polo aquático. Em função disso, fomos procurados por crianças que não têm onde, São Paulo não oferece isso mais. Tentei colocar algumas crianças em clubes privados e não consegui. De tanto tentar ganhei um afilhado de crisma. Vou crismar um garoto que é apaixonado por isso e não pode porque esse garoto ele fazia por polo aquático e hoje não faz mais. Não temos mais isso na Cidade. Uma cidade como São Paulo não ter esse espaço e o Pacaembu tem tudo para isso e as áreas que temos lá tem tudo para isso.

Enfim, essa é outra preocupação. Como ficam os outros eventos que acontecem na praça? Hoje temos lá feira - faz parte da cultura do local - até a barraca da Maria do Pastel, algumas coisas são inerentes à cultura local; a feira de veículos que tinha; e outras atividades que são desenvolvidas naquela praça. Como é que vamos conviver harmonicamente? O que é

concedido, portanto passa a ter uma gestão privada, com aquilo que já é de uso comum, do povo na praça? A praça é bem de uso comum do povo.

Por fim, tempo de concessão. Preocupamo-nos muito. A regra de 10 anos é uma situação que não nos incomoda. Mas nos incomoda qualquer tipo de concessão que ultrapasse 10 anos, é tempo demais para que possa conceder um equipamento desse porte.

No mais, aguardo. O Vereador Police expôs as posições dele e estamos bastante alinhados nesse assunto que envolve o tombamento e muito preocupados no sentido de proteger, realmente, um tecido extremamente frágil e extremamente importante para história de São Paulo, que foi a Companhia City e os grandes empreendedores dos condomínios que criaram até a década de 70, que organizaram o uso e ocupação do solo até o primeiro Plano Diretor de 1972, foram as companhias loteadoras que vieram para cá e não podemos perder essa história porque esses espaços extraordinariamente bem qualificados somam na cidade de São Paulo 2,49% de todo o nosso território. É muito pequenininho e não podemos perder essa beleza.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) - Vamos ouvir agora o Rodrigo Mauro, Presidente da Associação Viva Pacaembu por São Paulo.

O SR. RODRIGO MAURO - Primeiro lugar, boa tarde a todos os membros da Mesa e as demais pessoas que estão participando deste debate.

Hoje estamos falando do Estádio do Pacaembu, Complexo Paulo Machado de Carvalho, que foi fundado em 1940, há 77 anos. Desde o começo, ele foi construído com os recursos da população para abrigar esporte e ter um cunho social também. Desde então, como o Vereador Paulo Frange falou, ele existe, está sendo gerido e é uma realidade não só dos moradores dos bairros do Pacaembu, Higienópolis, Perdizes, mas de toda a cidade de São Paulo porque o Complexo é desportivo e público desde a pessoa de Ermelino Matarazzo até Santana, Casa Verde, Perdizes, usa o Complexo, ele é dos paulistas.

Falar um pouco da concessão. A princípio parece não ser uma coisa tão correta

porque parece que o Poder Público não consegue gerir o bem público, então, quer passar já para iniciativa privada. É algo assim um pouco estranho porque parece uma falta de capacidade de gerir o seu próprio bem público, mas se a concessão realmente tiver que ocorrer que seja desportiva, que se mantenha a função de esporte do Complexo e social também.

Por exemplo, utilizar o local como uma grande fábrica de atletas. Por que não trazer crianças carentes da cidade inteira São Paulo? Carentes ou não, rede pública, privada, da cidade inteira de São Paulo para frequentar o Complexo?

Uma reportagem em um jornal de grande circulação no início deste ano falava que São Paulo carece de grandes espaços para prática de esporte. Tem a piscina que foi reformada recentemente, tem a quadra, tem quadra de tênis, tem ginásio, o Complexo é muito rico.

Falando um pouquinho da concessão e do rito dela - não sei se estou certo ou não, mas parece que alguns projetos já estão em análise nos órgãos de tombamento. O presidente do Conpresp está aqui assim como do Condephaat, segunda-feira, dia 31 de julho, houve uma discussão de cinco projetos no Condephaat com a presença dos conselheiros do Conpresp - órgão estadual e municipal – só que o PL ainda não foi aprovado na Câmara. Então, parece que é muito menos o acelera e é muito mais o atropelar. É isso que nos deixa um pouco preocupado.

Vamos protocolar um documento aqui com uma série de perguntas para o Secretário Wilson Poit e para o Secretário Jorge Damião, por exemplo, fala-se em nove milhões de prejuízo. Então, os times de futebol pagam quando jogam lá ou são anistiados? Quais são as receitas? Os custos? Quantos funcionários há no Complexo? Qual o valor do aluguel recebido pelo Museu do Futebol e Café Flor? Quantos eventos ocorrem por mês? Como serão mantidos os projetos sociais? É importante ter a resposta. Pela Lei de Acesso à Informação é importante termos a resposta porque a concessão parece que tem alguma coisa

errada porque a imprensa planta um pouco a informação de nove milhões de déficit, mas pelo que eu sei, o bem público não nasceu para dar lucro. Então, há um custo, mas não déficit.

Gostaríamos de ter essas perguntas respondidas. Muito obrigado pela oportunidade e boa tarde a todos. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado. Vamos ouvir a Iênidis Benfati, cidadã paulistana.

A SRA. IÊNIDIS BENFATI – Antes de iniciar eu queria fazer dois alerta. Um ao Vereador que já saiu, Holiday, ele precisa visitar o Estádio e saber que lá há atividades gratuitas. Paga-se para entrar no jogo de futebol porque quem lucra com o jogo de futebol é o clube que joga, não é Prefeitura.

O segundo alerta é para o Secretário Poit. Nas informações que constam no seu site, o senhor diz que não há limite para gabarito. Há sim, senhor. Há limite para gabarito, o bairro todo é tombado e o Vereador Paulo Frange acabou de citar os todos os gabaritos. Então, precisa corrigir aquela informação aos interessados que acessam o site que há limite de gabarito.

Srs. Vereadores, achei muito importante e relevante a ocorrência desta audiência pública por esta Comissão, especificamente por esta Comissão. A importância desta Comissão deve-se, entre outros fatores, cuidar do mérito das legislações municipais e o mérito visa qualificar a Política Urbana e o Meio Ambiente.

Verificaram, Srs. Vereadores, o mérito do PL 364? É isso e todas as questões atinentes a esta comissão, absolutamente omissas em questões atinentes a esta comissão. Cinco substitutivos foram apresentados, muitos deles com artigos que qualificariam e muito o 364. Os cinco foram rejeitados e a alegação foi por ilegalidade.

Acontece que o 364, por mais omissa e permissiva que fosse, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, que fundamentou sua aprovação elencando várias legislações que versam sobre concessão de serviços públicos. Equivocou-se porque não se

trata de uma concessão de serviços, trata-se de uma concessão de um imóvel público. Essa é a realidade dos fatos, a Prefeitura não está fazendo a concessão do serviço público, está fazendo a concessão de um imóvel público para lucro de terceiros.

O serviço público prestado hoje pelo Estado, que poderia ser melhor e mais amplamente prestado sequer está resguardado nesse PL. Não é uma concessão de serviço público, a Comissão de Constituição e Justiça equivocou-se no seu parecer. O prazo para a manifestação dos interessados encerrou-se no dia 3 do mês passado. Estamos em 9 de agosto, a Prefeitura até agora não divulgou quem são os cinco interessados.

Mas, no entanto, os projetos já foram apresentados para o Conpresp e Condephaat. Procurem conhecê-los para decidirem se aprovam ou não esse PL. Pelo que podemos aprender da apresentação feita só o que de fato conta nos projetos é quanto e de que forma o concessionário irá lucrar com o empreendimento. Vale tudo, desde hotel a centro comercial, incluindo mais uma arena, além do campo de futebol, totalizando duas áreas para *shows*. Não basta uma? Para quê mais uma arena dentro de um estádio desportivo?

A despesa e a receita do Estádio, citada pela Prefeitura em nove milhões e dois milhões, respectivamente, receita e despesa nunca foram comprovadas pela Prefeitura. No entanto, dos 27 eventos ocorridos no campo em 2016, 13 foram isentos de pagamento. Dos 41 ocorridos no ginásio, 21 ficaram isentos de pagamento. Quem são e por que foram isentados nós não sabemos. O que sabemos é que eles não pagam e geram despesa e depois vão dizer que a despesa é maior do que a receita.

Isso para não falar nos jogos oficiais. (Ininteligível) acumulam dívidas de aluguel, pois sabem eles que mais dia menos dia serão anistiados pela Prefeitura, como vem ocorrendo sistematicamente ao longo dos anos.

Se política pública significa que melhore o ambiente e a qualidade de vida, verifiquem Srs. Vereadores, se a Cidade possui equipamentos esportivos suficientes para atender a demanda existente. Está sobrando equipamento esportivo em São Paulo. Então,

vamos sim entregar para a iniciativa privada lucrar com o Pacaembu. É uma carência imensa. Vale lembrar que equipamento esportivo público contribui muito para a educação, saúde, segurança e desenvolve intensamente a cidadania.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado. Laerte Brasil também gostaria de dar sua contribuição. Não está presente? Tem a palavra a Sra. Maria Cecília, da Associação Pacaembu por São Paulo.

A SRA. MARIA CECÍLIA – Boa tarde, sou moradora há 57 anos do Pacaembu e usei o Pacaembu muito pouco, eu uso o bairro que moro. No meu tempo os meus irmãos iam aos jogos, tenho dez irmãos, somos sete mulheres e três homens, então não era permitido que a gente descesse. Então, pouco usei como moradora, mas pago todos os impostos e aumentos de IPTU constantes, pago tudo para termos um bairro que é um pulmão verde.

Eu queria saber e compreender esse discurso que está sendo feito em dados equivocados. O dinheiro que entra vai direto para o caixa da Prefeitura e não é usado para a manutenção do Estádio. Vemos muita calçada quebrada, aquela praça toda deficitária, há um jardimamento que seja e nada.

E outra coisa, nem lixo reciclável eles fazem nos dias de jogos. É tudo jogado fora. Não existe esse conceito que quer passar, de que a Prefeitura pensa na Cidade. Pensa coisa nenhuma.

E as isenções que são dadas para os eventos? E a anistia dos jogos, insistindo no que a Iênidis falou? É muito difícil começar uma discussão com mentira, então eu alerta também para o cunho social dos projetos. Moro lá, pago minha academia, pago minhas escolas, eu não preciso do Estádio, mas conheço muitas pessoas que trabalham no Estádio e o utilizam para os seus filhos enquanto estão trabalhando. Desacelera São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado, D. Maria Cecília. Tem a palavra o Sr. Mario Sérgio Bortolo, assessor do Vereador Toninho Vespoli.

O SR. MARIO SÉRGIO BORTOLO – Boa tarde a todas e a todos. Vim falar em nome do Vereador Toninho Vespoli e dizer que é uma pena que a Prefeitura só pense em vender a Cidade.

O Prefeito foi eleito para quê? Para fazer gerenciamento, gerir a Cidade ou para vendê-la? Essa concessão é mais uma venda da Cidade. Só se fala em gastos. Será que esse gasto de nove milhões que estão sendo utilizados ao Pacaembu não gera nenhum retorno social para a Cidade? Quais são os estádios, quais são os espaços que têm em São Paulo para a criançada treinar para as Olimpíadas, para o esporte, para o lazer, para a educação? Pouquíssimos, principalmente na periferia.

Por que não utilizar esse equipamento público, que é ótimo, para campeonatos de várzea, pois estão acabando os campos de futebol de várzea na cidade de São Paulo. Por que não trazer as crianças da periferia e fazer campeonatos para que participem e se capacitem para as Olimpíadas e outros tipos de atividades esportivas? Não, só se pensa em vender. Será que fazendo isso, utilizando melhor, trazendo as crianças, os jovens para esse espaço, não utilizaremos esses nove milhões que são gastos? Podemos diminuir o dinheiro em segurança, em saúde e em outros setores.

A posição do Vereador Toninho Vespoli é contrária a essa concessão, porque não devemos primeiramente pensar em vender a Cidade e entregar os patrimônios para os amigos. O Prefeito veio para gerir a sociedade toda em São Paulo. Então, o Toninho Vespoli é contra essa concessão.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado, Sr. Mario Sérgio. Tem a palavra o Sr. Adolfo Fregoti, da Associação Pacaembu por São Paulo.

O SR. ADOLFO FREGOTI – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Obrigado pela oportunidade de poder falar.

Sou morador do Pacaembu há pouco tempo, somente seis anos e conheço o bairro

dos Jardins, porque venho de uma cidade muito ajardinada, que é Buenos Aires. Nasci lá e imigrei para o Brasil, que aliás me recebeu sempre com os braços muito abertos, esta cidade em particular.

Vim morar no Pacaembu, porque como disse o mediador Paulo Frange é uma das poucas áreas verdes que existem na Cidade, um pulmão da cidade de São Paulo, bem no centro e ao lado da Paulista. Para vocês terem uma ideia, medindo a temperatura normalmente na Cidade, indo para o Pacaembu, no verão geralmente são dois, três graus a menos pela quantidade de árvores que temos.

Obviamente isso será destruído em grande parte e muitos moradores de casas residenciais que contribuem com essa parte ecológica será destruída ou vendida em função desse Pacaembu, desse nosso complexo passar à mão privada, buscando lucro.

É lógico que a companhia privada vai buscar um lucro e esse lucro será a partir de ingressos, jogos, *shopping centers* ou outras atividades como hoje, por exemplo, está acontecendo no Palmeiras, não muito longe do Pacaembu, que realmente trouxe um terrível efeito devastador para toda essa região e não dá para ter casas residenciais. No Pacaembu seria realmente um tiro no coração do bairro e acabaria com essa parte ecológica, digamos, que a Cidade tem pouca, que seria 2%.

O que queremos é que seja apurado direito, o que são esses nove milhões que alegam de perda ou de prejuízo, que se busquem as causas disso. Por que a minha filha, que quer fazer, por exemplo, ioga às duas da tarde, que é um horário muito difícil e teoricamente deveria haver muita vaga, no Pacaembu, no complexo desportivo, não consegue, enquanto clubes de grande porte, que lucram inclusive com a venda e compra de jogadores de futebol não pagam o aluguel, como acontece em alguns domingos no nosso complexo? Digo nosso, porque me considero paulistano também, sou casado com paulistana e considero que seja também parte disso.

Então peço, por favor, que como representantes do povo vocês façam uma

avaliação disso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Sr. Adolfo. Secretário Poit, passo as suas mãos algumas questões que ele lhe entrega.

Ouviremos agora os Srs. Vereadores. Tem a palavra o Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Presidente, Vereador Souza Santos, quero cumprimentar todos os Colegas Vereadoras e Vereadores; o Sr. Cyro Laurenza, Presidente do Conpresp; Sergio Lopes, Diretor da SP Parcerias; Jorge Damião, Secretário de Esportes; Wilson Poit, Secretário de Desestatização e a Sra. Valéria Rossi, Vice-Presidente do Condephaat.

Queria passar às mãos do Secretário Wilson Poit um estudo muito significativo feito pela Professora Mildred Warner, da Universidade de Cornell, uma das mais importantes do mundo a respeito do processo de privatização nos serviços públicos, em especial no nível municipal. Ela demonstra como a provisão de serviços públicos nos Estados Unidos não é feita principalmente pelo setor privado em níveis como os que se imaginam tradicionalmente.

Ao responder sobre as vantagens, custos e eficiência que as privatizações podem trazer aos serviços ela cita em seus estudos, que demonstram que não existem evidência estatística para afirmar que quando o serviço é feito pela iniciativa privada é mais barato. Os recursos da sociedade aplicados dessa forma não significam maior eficiência.

Entre os pontos mais interessantes a Professora Mildred Warner levanta quatro pontos fundamentais na teoria sobre a privatização do serviço, que geralmente são citados por seus defensores: a de que a competição gere eficiência; de que o setor privado tem de lucrar e por isso diminui custos; de que a organização industrial promove ganhos de escala em maior monitoramento e de que a privatização promove a inovação tecnológica, algo sempre presente, por exemplo, no discurso do Prefeito João Dória.

A professora de Cornell, de forma simples mostra que: os serviços públicos constituem um mercado em que o monopólio natural impede a eficiência desmontando o

primeiro argumento. A diminuição de custos se dá por meio da queda de qualidade no serviço, além de aumentar as disparidades salariais nas organizações ao tratar de setores que não têm ganhos de escala possíveis ou o monitoramento em nível industrial. Ela demonstra que não é possível auferir que há ganhos de eficiência em relação ao setor público.

E por fim apresenta alternativa no que diz respeito à inovação tecnológica por meio de arranjos que auxiliem o Poder Público em sua modernização e não na prestação de captura de serviços continuados. E há um dado muito importante, qual seja, que o movimento que ocorre hoje é de reestatização dos serviços municipais, seja por insatisfação com serviços privados, seja porque se tornam ainda mais caros do que fossem prestados diretamente. Chega-se ao ponto de se ter nos Estados Unidos 84% de serviços municipais prestados de forma direta pelos governos, desmontando um mito sobre privatizações no centro de um país que tem a cultura de promover a competitividade de seus mercados.

Em verdade hoje apenas 16% dos serviços municipais naquele país são privatizados. Avalio que é muito importante e quero enaltecer e cumprimentar as palavras dos que aqui nos falaram: Mariana Ferraz, Helena Margoza, Maria Cecilia, Sérgio Bortolo e Adolfo Fregoti, que avalio são muito importantes.

Por essa razão é muito significativo que uma decisão como essa sobre a concessão e as suas...

Presidente Milton Leite, desculpe-me, posso continuar?

O SR. MILTON LEITE – Senador, só um segundo. Vou informar os senhores, o Vereador que está presidindo e todos os Srs. Vereadores, senhoras e senhores, por um pequeno problema que tivemos no plenário, estou solicitando ao Vereador Souza Santos que encerre as atividades desta audiência até às 14h50, pois a sessão plenária será conduzida a partir deste plenário, no oitavo andar, por problema no Plenário 1º de Maio. Então já ficam informados as senhoras e os senhores Vereadores que aqui deverá estar totalmente desocupado para a sessão plenária, que será aqui.

Os Srs. Vereadores que estão nos assistindo já fiquem cientificados de que a sessão plenária será conduzida a partir do Salão Nobre, na tarde de hoje.

Obrigado, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Assim, será, Sr. Presidente.

Volto a palavra para concluir, por favor, Vereador.

O SR. EDURDO MATARAZZO SUPLICY – Eu quero dizer que como cidadão paulistano desde menino, um dos lugares preferidos que eu compareci em São Paulo foi justamente o Estádio Municipal do Pacaembu. Com meu pai eu ia assistir o Santos da era de Pelé, com Manga, Hélvio, Ramiro, Formiga e Zito, 109, Antoninho, Nicácio, Vasconcelos e Tite, depois veio a era de Pelé. Eu ia lá com maior entusiasmo ainda. Também muitas vezes fui assistir lá, porque era admirador do box, Paulo de Jesus, Eder Jofre, os grandes campeões brasileiros realizarem lutas. Então eu quero o quão querido é o Pacaembu, fora a praça Charles Miller, que no 27 de novembro de 1983 teve o primeiro grande comício das Diretas Já e que depois, felizmente, hoje temos uma democracia. Embora o mais cedo queira ter um Presidente eleito diretamente pelo povo para que sejam cumpridas aquelas...

Bem, o próprio Prefeito Fernando Haddad também fez um projeto de concessões, mas eu avalio que é muito importante que sejam colocadas com muita clareza, tais como todos os que aqui representam o movimento Eu Gosto Paca do Pacaembu. Eu achei tão relevante os seus testemunhos e argumentos, para que se for para realizar a concessão do Pacaembu que possa continuar havendo a gratuidade de pessoas de toda municipalidade de São Paulo, para irem ao Pacaembu nadarem, jogar polo aquático, jogar tênis, jogar futebol. A boa ideia no sentido de que também possam os clubes de várzea aproveitar o gramado, se ele estiver desocupado. Enfim, vamos tratar com muito cuidado o nosso Pacaembu e, se possível, até realizar mais audiências públicas e aceitar a proposta de plebiscito sobre a concessão desse patrimônio tão importante na vida de todos nós paulistanos.

Vereador Souza Santos, quero cumprimentar V.Exa. e essa Comissão pela

realização desta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Nós que agradecemos sua presença, Senador, e as suas palavras.

Dada à questão que o Presidente Milton Leite colocou, que a sessão plenária acontecerá nesse plenário, eu gostaria que os Srs. Vereadores pudessem dar uma ajuda.

Tem a palavra a Vereadora Edir Sales, única Vereadora desta Comissão.

A SRA. EDIR SALES – Obrigada pelo carinho, pelas grandes palavras de carinho do nosso querido Presidente da Comissão, já parabenizando o Vereador Souza Santos pelo brilhante trabalho que vem fazendo à frente dessa Comissão de Política Urbana. Faço parte dessa Comissão com muita honra e orgulho.

Quero cumprimentar o Secretário Poit, o Secretário Jorge Damião, em nome de quem cumprimento a todos que falaram antes da gente, todos representantes de Condephaat, Conpresp e todos que falaram antes dessa fala minha.

O que eu precisava lembrar, e acho importante lembrar, é que durante toda campanha do nosso Prefeito João Doria, ele falou em concessão, desestatização, privatização. Com essa campanha que foi feita ele falou muito claramente em toda campanha dele. Ele foi votado por três milhões e 85 mil votos, falando que ia fazer a concessão, privatização etc. A exemplo do que já existe nas estradas, as rodovias que deram certo e várias que deram certo, Eletropaulo, Congás. Então nós temos o exemplo de várias questões, de vários órgãos que foram dados em concessão e privatizados. Então se os parques, o Pacaembu, vai ter uma melhora, vai ter um acompanhamento eficaz, para isso estamos aqui hoje fazendo audiência pública. E essa não é primeira e nem será a última.

Temos recebi aqui todos os Secretários, Desestatização, Esportes e outros Secretários mais esclarecendo. Com certeza esse projeto será votada em segunda quando tiver todo mundo esclarecido.

Quero lembrar disso porque muitas vezes as pessoas, por não entenderem o projeto, por não entenderem acabam discutindo para entenderem. Então todos que falaram aqui têm razão, vamos entender, procurem estudar, procurem debater com as pessoas que realmente entenderam o projeto.

Quero aqui dizer que a privatização, a concessão, a desestatização, todas elas são importantes para que nós tenhamos um trabalho de qualidade onde não está tendo. Por isso o Governo João Doria teve 53 milhões de votos falando sobre isso. Então vamos aqui acompanhar, que é muito importante, nosso Secretário Poit, nosso Secretário de Esportes e todos os diretores que aqui se encontram - quero agradecer pela presença de vocês - sempre à disposição para dar esclarecimento aos Vereadores, à Câmara Municipal de São Paulo e à população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado. Ouviremos agora o Vereador Fábio Riva.

O SR. FÁBIO RIVA – Sr. Presidente, Vereador Souza Santos, nosso Secretário Wilson Poit, Secretário e amigo Jorge Damião, de Esportes, Lazer e Recreação da cidade de São Paulo, boa tarde a todos e a todas.

Eu vou ser muito breve e vou tocar num assunto que acho que é muito importante. Primeiro, é a questão da concessão, da formatação e, principalmente, a preocupação do poder concedente, ou seja, da municipalidade, na questão da eventual rescisão contratual, ou seja, é um negócio e todo negócio pode ter um risco e as empresas eventualmente que apresentarem as propostas são cientes disso, até porque tem que fazer uma exploração dentro de todas aquelas qualificações de melhoria no equipamento público e fazer com que aquilo seja uma coisa atrativa. Isso faz parte de um negócio para a empresa.

E para o município? E para nós munícipes? Eu sou muito favorável ao projeto, mas entendo, Secretário, que nós precisamos fazer um ajuste nessa questão de eventual rescisão.

E mais do que isso, eu também acho que as associações do entorno tem que ter voz ou no conselho, precisam opinar porque são as pessoas que são os atores ali principais. Em que pese muitas vezes o equipamento de uma forma geral é utilizado prioritariamente pelo pessoal do entorno. Eu sou de Pirituba, foram raras as vezes que fui visitar o Pacaembu, que eu acho que esse é um viés importante para a cidade, um viés importante, porque com esse investimento, com certeza, a iniciativa privada que vai ter essa concessão vai ter que chamar o público para o Pacaembu. Vai chamar o público que vai para o esporte, que vai para o lazer e vai para as atividades culturais, que acho importante.

E também acho e defendo aqui, Secretário Jorge Damião, da questão esportiva, da gratuidade, da manutenção daquelas atividades que existem no clube. Já externei isso a V.Exa., já externei isso ao Prefeito, falei isso com o Secretário Poit. Então sou um defensor desta gratuidade, porque a vocação do Pacaembu é a vocação do esporte. Por isso precisamos manter isso e tenho certeza que o poder concedente e, automaticamente, a iniciativa privada ou até as associações que podem concorrer ao certame e apresentar suas propostas, possam manter essa vocação. Aí sim, se explora comercialmente de uma outra forma porque você tendo a gratuidade cria lá um grande centro de formação de atletas no próprio Pacaembu por essa vocação e trazer pessoas de outros bairros, principalmente eu que venho lá de Pirituba, Perus, onde a gente tem uma área de atuação no movimento de moradia, possa ter lá no Pacaembu uma atividade.

Por fim, só dizer da questão da desoneração, porque você desonerando isso do poder público vai poder investir prioritariamente em saúde, na educação, em habitação, que é o movimento que eu faço parte, Movimento Popular de Moradia, lá na zona Oeste, movimento de 30 anos, que a gente sabe a carência e do déficit. Então esse investimento no movimento de moradia em habitação é importante para a cidade e também acredito que a participação popular, principalmente de vocês, do Viva Pacaembu, do entorno, vai ser muito importante nesse processo.

Essas são minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Vereador Fábio Riva.

Tem a palavra o Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, eu não ia falar, mas não posso deixar de falar por, pelo menos, um minuto. Cumprimento a todos, Secretários, V.Exa. e demais Vereadores e público aqui presente.

Eu não ia falar. A questão é a seguinte, quando você quer confundir a cabeça das pessoas você tenta usar a língua portuguesa para tentar confundir. Por exemplo, vender é vender o bem, se desfazer do bem totalmente. E conceder é você ter um contrato e quem manda ainda é a Prefeitura. Então quem perde a eleição sempre usa o futuro do pretérito, deveria: “Porque deveria fazer”, e quem ganha a eleição usa o presente: “Vai fazer”, “Deve fazer”. Então, só fiz esse registro, porque as pessoas estão muito incomodadas. Continua usando o futuro do pretérito. Só quero dizer, para resumir, que essa audiência foi importante, a participação das associações, que já conheço de outras audiências públicas, a IENEDS já conheço de quando se pretendia fazer a concessão do Pacaembu, já estivemos juntos.

Mas, aqui, o que nós tiramos de bom? Primeiro, é a forma transparente e democrática que está sendo conduzido, inclusive por V.Exa., permitindo que as pessoas falem, particularmente os grupos organizados do Pacaembu. Mas o que temos de importante agora? Disse o Governo que são cinco propostas que foram entregues, três foram desclassificadas, então, vamos ter uma audiência pública após a entrega das propostas. Essa é a principal informação, no meu entendimento, e aí nós vamos analisar os impactos ambientais e vamos ter aqui que trabalhar para que não tenhamos impactos ambientais negativos. Nós temos que analisar os acréscimos e temos aqui, por consequência, que analisar o custo-benefício dessa concessão e trabalhar para nós termos o melhor texto. Essa é a nossa função. O que nós temos que ter? É trabalhar para ter o melhor texto dentro desses conceitos aqui, analisar

principalmente o custo-benefício para que a Prefeitura possa, com esse dinheiro que ela vai deixar de dispor para o Pacaembu ela possa aplicar em políticas públicas.

E eu fiquei aqui abismado e até gostaria de confirmar aqui com o representante do Conpresp, o Dr. Cyro, que apenas 50, 60 pessoas comparecem lá na piscina, mas não inverno, porque no inverno não dá para analisar nada, para utilizar a piscina. Esse é um dado preocupante.

Obrigado, Presidente. Não falei nem um minuto. V.Exa. já marcou.

Quero cumprimentar o Secretário Poit, o Secretário Damião por virem aqui em várias audiências públicas, não somente a essa, expor as propostas do Prefeito João Doria. E repito, quem perdeu a eleição continue usando o futuro do pretérito. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Vereador Dalton Silvano.

Tem a palavra a Vereadora Adriana Ramalho.

A SRA. ADRIANA RAMALHO – Muito obrigada, Presidente, Vereador Souza Santos, que tem conduzido o trabalho dessa grande Comissão, e conduziu brilhantemente essa audiência pública que eu acompanhei pela televisão e agora estou aqui para poder fazer minha contribuição e, na verdade, fazer três perguntas ao Secretário Wilson Poit.

Então quero cumprimentar o Sérgio Lopes, Diretor da São Paulo Parcerias, Cyro Laurenza, que é o Presidente do Conpresp, o meu amigo Secretário Jorge Damião, Secretário de Esportes, e meu amigo Wilson Poit, Secretário da Desestatização, pessoas as quais muito admiro pelo desenvolvimento do trabalho.

Como foi colocado aqui por último, pelo meu nobre colega Vereador Dalton Silvano, a respeito da utilização do Pacaembu, da piscina, da parte ali de lazer, é justamente isso que já iniciou falando, com a construção de novas arenas na cidade de São Paulo, de outros estádios, nós tivemos aí, infelizmente, uma defasagem, uma evasão do estádio do Pacaembu, que corre já um grande risco de se tornar um elefante branco. E não é apenas na relação da manutenção e investimentos que o Pacaembu precisa para continuar sendo um equipamento desportivo e

cultural de grande importância para a cidade, o Pacaembu precisa se reinventar e esse é o momento, estabelecer parcerias, buscar novas modalidades esportivas e eventos, ou seja, o Pacaembu precisa de um trabalho de promoção e captação e a iniciativa privada tem essa capacidade de muito fazer em prol disso. Porém, acho que alguns critérios precisam ser melhores estabelecidos e essa transparência, Secretário Poit, que em todos os encontros eu venho conversando, acho que é de suma importância ela se dar por todos os meios, não só nas audiências públicas, não só com esses encontros. Então a gente precisa levar para a população, principalmente nos extremos da cidade de São Paulo, essas informações. E quando a gente fala de um determinado equipamento, principalmente ir até essa população local, que no caso são os moradores no entorno do Estádio do Pacaembu, para debater sobre o que será feito com esse equipamento, o que será feito nesse bairro e os reflexos que isso vai trazer para essa população que ali reside.

Então, colocando aqui também, que não posso deixar de registrar, que com os eventos internacionais em modalidades com o vôlei, o tênis, a natação, esportes radicais, atletismo, em 2014, foram firmados 159 convênios para a realização desses eventos e em 2016 foram quatro convênios, com exceção dos jogos da Copa do Mundo de 2014 e o último campeonato mundial disputado em São Paulo, que foi o de handebol, em 2011. Temos também um grande déficit de formação esportiva para os jovens e aí, meu Secretário Wilson Poit, que peço sua atenção, porque especialmente na oferta das atividades esportivas para pessoas com deficiência nós não temos um pronto atendimento e não temos um estudo e um planejamento nesse sentido e eu gostaria de contar com esse projeto e contar com essa Secretaria para voltar sua atenção para as pessoas e para os jovens com deficiência.

Então deixo aqui minhas três perguntas. O complexo esportivo do Pacaembu continuará de uso público e gratuito? As atividades e aulas oferecidas serão continuadas? A lei que disciplina a concessão do Pacaembu poderia prever a oferta de atividades esportivas para as pessoas com deficiência?

Já teve outra oportunidade por meio do meu colega João Jorge, eu fiz essa pergunta, mas ela foi superficialmente respondida, eu gostaria de uma forma mais direcionada em sua resposta, para sabermos quais são essas atividades que estão sendo incluídas nesse planejamento.

E para concluir, hoje há um PAC firmado com o Ministério Público que impede a realização de shows no Pacaembu, em virtude do incômodo causado na vizinhança. Com esse projeto de lei para garantir uma melhor interlocução, pois os moradores da região, como por exemplo, como prever a formação de um conselho participativo para debater o que será feito com esses shows e qual é a opinião da população em relação a isso que já se demonstra preocupada com o que isso pode causar no bairro, no entorno de toda a região do Pacaembu.

Muito obrigada, Presidente, pela concessão do tempo e obrigada da todos. Parabéns a todos que estão participando, com a preocupação e com a atenção voltada aos reflexos da Cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado. Antes de passar a palavra ao Secretário Poit, vamos ouvir rapidamente a nossa vice-presidente do Condephat, Sra. Valéria Rossi, para fazer suas considerações.

A SRA. VALÉRIA ROSSI – Muito obrigada. Srs. Vereadores, Secretários, demais presentes, vou fazer um breve esclarecimento sobre em que fase se encontra a análise desse processo no Condephat, complementar o que o Cid de Laurenza já colocou aqui para os senhores.

É um modelo novo, o que foi apresentado tem caráter de estudo preliminar, cinco propostas foram apresentadas. E o Conselho irá se manifestar sobre a admissibilidade dessas propostas, eventualmente, colocando ressalvas sobre cada uma delas, e se for o caso, recusando alguma proposta que se mostrar uma intervenção um pouco mais agressiva com relação ao bem tombado.

A preocupação do conselho sempre será o bem tombado. Intervenções são sempre

possíveis, desde que observadas as cartas patrimoniais e a resolução de tombamento.

Para finalizar esse processo se encontra em fase de relatoria, será deliberado pelo colegiado com data ainda não definida. E a reunião do conselho é aberta a todos os participantes. Os senhores acompanhem e poderão estar presentes no dia da deliberação.

E uma última coisa: a análise técnica de fato foi feita por escritório técnico, ou seja, DPH ou PPH, as áreas técnica de ambos os conselhos fizeram reunião para análise e para que os pareceres técnicos que servem de suporte para deliberação e relatoria do conselho fossem feitos em conjunto para harmonizar o entendimento.

É só isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado, Sra. Valéria Rossi. Secretário Poit, a palavra está com o senhor.

O SR. WILSON POIT – Senhoras e senhores, obrigado por mais esta sessão, por tudo que foi anotado aqui, pelas contribuições.

Vou falar rapidamente. O Prefeito João Doria também tem muito carinho pelo Pacaembu, também assistiu o primeiro jogo da vida dele lá e sempre repete isso e tem pedido a nós o máximo de diálogo para que seja feito o melhor projeto possível.

Gostaria de fazer um esclarecimento que acho que ajuda muitas dúvidas e perguntas aqui. Estamos falando de um PMI, estamos numa fase de procedimento, de manifestação, de interesse e estudos. Não existe uma licitação, não são as empresas que estão definindo o que querem. Elas estão colocando as propostas, depois de passarem pelos órgãos de patrimônio histórico, faremos uma comissão para olharmos para essas propostas e escolhermos um modelo de licitação que acredito muito ainda este ano vamos colocar no mercado. Vamos convidar alguém da Associação Vila Pacaembu que estará também nessa comissão e quando formos publicar a licitação haverá novas audiências públicas. Então, é um processo muito democrático.

O Prefeito João Doria tomou posse no dia 1º de janeiro, mas como foi dito aqui

ganhou essa eleição como plebiscito de fazer isso. Achamos que o Pacaembu ficará muito melhor com o governo longe da gestão do dia a dia dele. O governo tem de cuidar de outras coisa, o governo tem de colocar foco em outras coisas e não se furtar da transparência e da fiscalização.

O contrato será muito bem feito, será muito transparente. Estamos numa época em que tudo isso pode estar disponível para todos olharem. Gostaria de dizer que não são dez anos, é o mínimo de dez anos, nós dependemos muito dos investimentos que serão feitos. E a comissão vai resolver depois aquele projeto que for aprovado, que respeitar todo o acordo e tudo que for sugerido por esta Casa, que certamente vai enriquecer esse projeto de lei, vai constar no edital e no contrato que vai ser fiscalizado.

Não são as empresas que escolherão os critérios, elas estão sugerindo, queremos ouvir o mercado para depois fazermos a licitação junto com a população e esta Casa. Com certeza a palavra-chave que o Prefeito João Doria tem pedido é equilíbrio. Os projetos são equilibrados, serão bons para os vizinhos, bons para a Prefeitura, bons para o investidor porque o dinheiro não cai do céu e muito bom para os paulistanos, para os frequentadores.

A gratuidade é a primeira coisa que sempre dizemos aqui, assim como na concessão dos cemitérios está garantida, o que for gratuito hoje continuará gratuito depois. Também gostaria de dizer que a praça, acho que ficou bem claro no desenho, não está incluída a feira, o pastel da D. Maria, a feira de carros, que continuam da mesma maneira. Além do que ali não teremos edificação porque temos um piscinão embaixo.

E o projeto de lei vamos respeitar integralmente. Tudo que está sendo feito é uma maneira de sermos democráticos. Estamos em agosto, estamos ouvindo a população, a Câmara, o patrimônio histórico, mas nenhum contrato seguirá para licitação se não tiver aprovado por esta Casa. Então, a autorização legislativa é sim muito importante. O poder concedente terá sim o direito de trocar o concessionário. Estamos atentos ao erro dos outros. A melhor maneira de se fazer um bom contrato ou de fazer qualquer coisa na vida é aprender

com o erro dos outros. E tivemos vários exemplos aqui e sabemos de várias histórias que não deram certo. Todos esses cases estão sendo estudados para que tenhamos transparência, equilíbrio e seguindo orientação do Prefeito João Doria. O Pacaembu pare de andar de lado depois de tantos, porque é o que está acontecendo com o Pacaembu. Podemos ter um bom gestor por um tempo, mas depois troca. Queremos um projeto em que o Pacaembu ande para frente, com transparência, com modernidade, porque o Pacaembu é um endereço nobre e que todo mundo respeita. E que os vizinhos tenham mais orgulho de serem vizinhos do Pacaembu, mas mais moderno, respeitando todas as regras e sem dinheiro público.

O governo como empresário é muito ruim e sabemos disso. O governo tem de sair fora e não é só em São Paulo. No Brasil são 180 empresas estatais que dão prejuízos, que aumentam o consumo de impostos e que vocês é que pagam e nós também no final das contas.

Então, tenham tranquilidade porque temos transparência. Agradeço mais uma vez esta comissão pela oportunidade e todas as contribuições estão anotadas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado, Secretário Wilson Poit, Sr. Sérgio Lopes, Sr. Carlos Augusto, Presidente da Condephat, Cyro Laurenza, da Conpresp, Sra. Valéria Rossi. Muito obrigado, Srs. Vereadores e plateia presente.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerra esta audiência pública da Política Urbana. Tenham todos uma boa tarde.